

STJ00120438

Organizadores  
**ALBERTO BASTOS BALAZEIRO**  
**AFONSO DE PAULA PINHEIRO ROCHA**  
**GUILHERME VEIGA**

NOVOS HORIZONTES  
**DO PROCESSO**  
**ESTRUTURAL**

Londrina/PR  
2024

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Novos Horizontes do Processo Estrutural  
/Alberto Bastos Balazeiro, Afonso de  
Paula Pinheiro Rocha, Guilherme Veiga  
(orgs). – Londrina, PR: Thoth, 2024.

487 p.  
Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-792-5

1. Processo estrutural
2. Políticas públicas.
3. Tutela Coletiva. I. Balazeiro, Alberto Bastos; II. Rocha, Afonso de Paula Pinheiro; III. Veiga, Guilherme (orgs).

CDD 341.46

**Diagramação:** Editora Thoth

**Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** A autora

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil: 341.46

1260620

**Conselho Editorial (Gestão 2024)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

---

ORGANIZADORES .....	7
AUTORES .....	9
APRESENTAÇÃO.....	17
PREFÁCIO .....	21

## CAPÍTULO 1

**Luís Roberto Barroso**

**Patrícia Perrone Campos Mello**

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	35
Introdução .....	35
1 Natureza do processo estrutural.....	36
2 Diagnóstico da situação do sistema carcerário brasileiro.....	41
2.1 Quantidade e qualidade das vagas existentes (Eixo 1) .....	41
2.2 Descontrole na entrada (Eixo 2).....	43
2.3 Descontrole na saída (Eixo 3).....	46
2.4 Reconhecimento do estado de coisas inconstitucional e definição dos fins e diretrizes gerais.....	46
3 Antecipação do debate sobre medidas e meios a serem implementados na reformulação da política pública .....	49
3.1 Solução quanto à quantidade e qualidade das vagas existentes (Eixo 1) ...	49
3.2 Descontrole na entrada do sistema (Eixo 2).....	50
3.3 Eficiência na saída do sistema (Eixo 3).....	51
4 Ainda o debate sobre os meios: imprescindibilidade da compensação punitiva e da gestão da lotação prisional .....	53
4.1 Compensação punitiva por privação da liberdade em situação mais gravosa.....	53
4.2 Gestão da lotação prisional, antecipação de saída e de progressão de regime como medidas de última <i>ratio</i> .....	56
5 Diálogo, homologação e monitoramento.....	61
Conclusão .....	64
Referências bibliográficas.....	66

**CAPÍTULO 2****Alberto Bastos Balazeiro****Afonso de Paula Pinheiro Rocha****Raquel Leite da Silva Santana**

O FUTURO DO PROCESSO E DAS MEDIDAS ESTRUTURAIS .....	69
Introdução .....	69
1 O processo estrutural de hoje e seu substrato social .....	70
1.1 A superlotação e outros graves problemas do sistema carcerário brasileiro: a Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental 347/DF .....	75
1.2 A intervenção judicial em políticas públicas para a realização de direitos fundamentais: a tese de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal nº 698.....	79
1.3 Termos de cooperação: Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário – NATJUS e as decisões judiciais relacionadas à saúde .....	82
2 Reflexão sobre as demandas estruturais do futuro .....	84
2.1 Processos Estruturais, Justiça Climática e Responsabilidade Intergeracional.....	84
2.2 Processos Estruturais e Transição Justa .....	88
2.3 Processos Estruturais e Sociedade da Informação .....	88
3 Aprimoramento das medidas estruturais para o futuro .....	91
Conclusões.....	93
Referências bibliográficas .....	93

**CAPÍTULO 3****Anelyse Santos De Freitas**

O PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL E A NECESSIDADE DE PARÂMETROS NORMATIVOS PARA SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO.....	97
Introdução .....	97
1 O processo estrutural no contexto socio jurídico brasileiro .....	99
2 A falta de parâmetros normativos na condução do processo estrutural no Brasil e sua efetividade social.....	102
3 Benefícios da padronização para a efetiva reestruturação social .....	103
4 O protagonismo normativo por parte do conselho nacional de justiça: maior interação e democratização na relação com o jurisdicionado .....	105
5 O papel da defensoria pública no sistema de justiça brasileiro .....	109
Considerações finais.....	112
Referências.....	114

**CAPÍTULO 4****Anissara Toscan**

ESTABILIDADE NO PROCESSO ESTRUTURAL .....	117
Considerações iniciais .....	117
1 A imutabilidade como cerne semântico da estabilidade processual no processo civil clássico .....	118
2 A necessária ressignificação da estabilidade processual clássica: o formato dinâmico dos vínculos processuais .....	120
2.1 Premissa: segurança jurídica (inclusive) processual como um problema argumentativo.....	120
2.2 A estabilidade processual no atual paradigma de segurança jurídica.....	123
2.3 A estabilidade processual no espectro entre mutável e imutável.....	126
3 Estabilidade no processo estrutural .....	129
3.1 A conflituosidade sujeita à jurisdição contemporânea .....	129
3.2 Judicialização dos problemas estruturais e a dinamicidade ínsita à “desconformidade estruturada” .....	131
3.3 Estabilidade nos processos estruturais e tutela da confiança.....	134
4 O processo estrutural como um regime de transição: segurança jurídica na graduabilidade da transformação .....	137
Referências bibliográficas .....	138

**CAPÍTULO 5****Catarina Araújo de Magalhães Veiga**

PROCESSO ESTRUTURAL E A SEPARAÇÃO DE PODERES: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	143
Introdução .....	143
1 Conceito de Processo Estrutural .....	144
2 Separação dos poderes .....	147
3 A utilização de Processos Estruturais na aplicação de Políticas Públicas..	150
4 A determinação pelo Poder Judiciário para a implementação de políticas públicas pelo Poder Executivo e o paradoxo da improbidade administrativa.....	159
Considerações finais.....	162
Referências bibliográficas .....	163

**CAPÍTULO 6****Celeida Maria Celentano Laporta****Wilson Furtado Roberto**

A DISFUNÇÃO INSTITUCIONAL: O PROCESSO ESTRUTURAL E A EFICÁCIA DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO.....	167
1 Introdução ao Processo Estrutural.....	168

2 Características importantes no ordenamento jurídico brasileiro que auxiliam nos processos estruturais.....	170
2.1 Breve Intróito .....	170
2.2 Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.....	171
2.3 Lei da Mediação: Lei nº 13.140/2015 .....	172
2.4 O novo Código de Processo Civil: Lei nº 13.105/2015.....	172
2.5 Alguns princípios norteadores da mediação .....	174
2.6 O Papel do Poder Judiciário .....	175
3 Mediação como ferramenta transformadora nos processos estruturais....	176
4 Ciclo de reestruturação de instituições públicas e privadas e a aderência à mediação .....	178
4.1 Métodos consensuais de resolução de conflitos e a sua aplicabilidade em litígios estruturais.....	178
Conclusão .....	181
Referências bibliográficas.....	182

## CAPÍTULO 7

**Cíntia Menezes Brunetta**

**Taís Schilling Ferraz**

IMPACTOS DA SUBSTITUIÇÃO DOS ATORES PROCESSUAIS NAS DEMANDAS ESTRUTURAIIS: ESTRATÉGIAS PARA EVITAR INTERRUPÇÕES E RETROCESSOS .....	185
Introdução .....	185
1 Contextualização .....	187
2 O pensamento sistêmico e o tratamento de litígios complexos e estruturais....	190
3 Relato de caso: processo n. 0002012-48.2006.4.05.8100 da Justiça Federal do Ceará.....	195
4 Estratégias para a sucessão de juízes em litígios estruturais e de alta complexidade .....	197
5 Estratégias de coordenação para a sucessão da representação judicial do poder executivo em litígios estruturais e de alta complexidade.....	200
Conclusão .....	201
Referências bibliográficas.....	202

## CAPÍTULO 8

**Edilson Vitorelli**

DECISÕES EM ESPIRAL COMO TÉCNICA DE CONDUÇÃO DE PROCESSOS ESTRUTURAIIS.....	205
Introdução .....	205
1 Conceito de litígio estrutural e de processo estrutural .....	206

2 A proposta de Didier Jr., Zaneti Jr. e Oliveira: o procedimento bifásico..	210
3 A proposta de Sérgio Arenhart: decisões em cascata .....	213
4 O procedimento estrutural como procedimento cíclico em espiral.....	215
4.1 Tutela provisória estrutural.....	216
4.2 Audiências mistas de autocomposição, instrução e decisão .....	217
Conclusão .....	220
Referências bibliográficas.....	221

## **CAPÍTULO 9**

**Eduardo de Avelar Lamy**

**Felipe Cidral Sestrem**

A ADEQUAÇÃO DAS TÉCNICAS DE COMPLIANCE AOS PROCESSOS ESTRUTURAIS.....	223
1 Conceitos e noções introdutórias .....	223
2 Compatibilidade dos institutos.....	228
3 Benefícios e riscos da implementação de programas de compliance em processos estruturais.....	231
Conclusão .....	234
Referências bibliográficas .....	235

## **CAPÍTULO 10**

**Flávia Oliveira Veiga Bauler**

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO SOB A ÓTICA DAS PRÁTICAS ESTRUTURAIS.....	239
Introdução .....	239
1 A importância da política pública de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.....	240
1.1 A inclusão de pessoas com deficiência na indústria do petróleo e gás - a não excepcionalidade da norma para qualquer setor específico.....	241
1.2 Litígios estruturais na esfera privada.....	244
1.3 Atuação do Ministério Público do Trabalho em Cabo Frio/RJ – Estudo de Caso: adoção de práticas estruturais para resolução do litígio .....	245
Conclusão .....	249
Referências bibliográficas .....	249

## **CAPÍTULO 11**

**Fredie Didier Jr.**

**Hermes Zaneti Jr**

**Rafael Alexandria de Oliveira**

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DO PROCESSO ESTRUTURAL APLICADA AO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	251
1 Histórico do assunto.....	252
2 Conceitos .....	254
2.1 Problema estrutural.....	254
2.2 Processo estrutural.....	257
2.3 Decisão estrutural .....	259
3 Características .....	261
3.1 Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade .....	261
3.2 Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível e a consensualidade....	265
4 Procedimento.....	265
4.1 Flexibilidade intrínseca e consensualidade .....	265
4.2 As duas fases do processo estrutural: o <i>standard</i> do processo falimentar	266
4.2.1 Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)....	267
4.2.2 Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural.....	268
4.2.2.1 Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes....	269
4.2.2.2 Decisões em cascata.....	274
4.3 Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural.....	276
4.3.1 Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto.....	276
4.3.2 Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros.....	277
4.3.3 <i>Atipicidade dos meios probatórios</i> .....	279
4.3.4 Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): Claims Resolution Facilities....	280
4.3.5 Atipicidade da cooperação judiciária.....	281
4.4 Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas....	283
Conclusão .....	285
Referências bibliográficas.....	286

## CAPÍTULO 12

**Guilherme Veiga**

A REPRESENTAÇÃO ADEQUADA NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS...291	
Introdução .....	291

1 Processo estrutural e suas características.....	291
2 A representatividade adequada.....	293
3 A responsabilidade do advogado, ministério público e defensoria pública no processo estrutural: a representação adequada dos grupos que são afetados pelas decisões e acordos estruturais.....	294
Considerações finais.....	301
Referências bibliográficas.....	301

## **CAPÍTULO 13**

**Hermes Zaneti Jr.**

**Gustavo Silva**

**Alves Júlia D'Amato Nitz**

UMA PROPOSTA DE MODELO DE PEDIDO NO PROCESSO ESTRUTURAL.....	307
Considerações iniciais: um diagnóstico sobre o pedido no direito processual civil.....	308
1 Conceitos fundamentais: problema estrutural, processo estrutural e decisão estrutural .....	314
2 Sobre a necessidade de um processo estrutural: identificação do problema estrutural e do estado de coisas reestruturado a ser alcançado .....	316
3 Características do pedido estrutural .....	318
4 Conteúdo mínimo para elaboração de um pedido estrutural .....	320
5 Exemplos de pedidos estruturais.....	325
6 Modelo de pedido estrutural .....	328
7 Considerações finais.....	330
Referências bibliográficas.....	331

## **CAPÍTULO 14**

**Luciano Martinez**

**Pedro Lino de Carvalho Júnior**

O PROCESSO ESTRUTURAL NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NA ESFERA TRABALHISTA .....	335
Introdução .....	335
1 Execução complexa e medidas judiciais estruturais.....	336
2 O Ministério Público do Trabalho e o combate às condutas assediosas.....	340
3 O enfrentamento ao assédio moral pela via da intervenção estrutural.....	343
Considerações finais.....	353
Referências bibliográficas .....	354

**CAPÍTULO 15****Luiz Rodrigues Wambier**

PROVA E PROCESSO ESTRUTURAL .....	357
Noções gerais .....	357
1 Procedimento estrutural bifásico.....	362
2 A instrução probatória nos processos estruturais.....	363
Considerações finais.....	374
Referências bibliográficas.....	375

**CAPÍTULO 16****Marco Félix Jobim****Elton Somensi de Oliveira**

THE DECISION OF THE FEDERAL SUPREME COURT IN THE ADPF NO. 709: COVID 19 AND THE INDIGENOUS COMMUNITY .....	377
1 Necessary identification of the precautionary measure in ADPF 709.....	382
2 The summary of the decision in the precautionary measure of ADPF 709.....	383
3 The scope of the claim in the precautionary measure in ADPF 709 .....	385
4 The examination of the plan's confrontation and the deficits presented in the precautionary measure in ADPF 709.....	386
5 The plan, its approval and the structural nature of the precautionary measures in ADPF 709 .....	388
Final considerations .....	390

**CAPÍTULO 17****Osmar Mendes Paixão Côrtes**

PROCESSO ESTRUTURAL – UMA EVOLUÇÃO DO PROCESSO?.....	391
Considerações iniciais .....	391
1 Breves notas sobre o processo e sua evolução .....	392
2 Origem e características do processo estrutural .....	395
3 O processo estrutural: evolução do processo? .....	399
Referências bibliográficas .....	399

**CAPÍTULO 18****Paulo Victor de Carvalho Mendonça**

UM OLHAR SOBRE 2023: PODE-SE DIZER QUE FOI O ANO DE MAIOR REPERCUSSÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL? .....	403
Introdução .....	403
1 Da repercussão jurisprudencial do processo estrutural no supremo tribunal federal .....	404
2 Da repercussão institucional do processo estrutural no supremo tribunal	

federal .....	409
3 Da repercussão acadêmica do processo estrutural no Brasil.....	410
Conclusão .....	413

## **CAPÍTULO 19**

**Sérgio Cruz Arenhart**

### **PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL NO ÂMBITO PRIVADO .....**

1 O problema .....	415
2 Alguns exemplos de problemas estruturais “privados” e sua solução .....	417
2.1 .....	417
2.2.....	419
2.3.....	424
3 <i>Heteroestruturação</i> voluntária no caso Carrefour .....	426
4 Algumas percepções do processo a partir dos exemplos .....	429
4.1 Os custos da reforma estrutural no ambiente privado.....	430
4.2 Colisão de interesses e o equilíbrio econômico .....	432
4.3 O uso do elemento econômico como estímulo às medidas estruturais ..	434
5 Lendo o processo estrutural sob a lupa dos interesses privados .....	435
5.1 A atividade jurisdicional .....	435
5.2 Reflexos no procedimento .....	443
6 Para concluir.....	445

## **CAPÍTULO 20**

**Trícia Navarro**

**Matheus Casimiro**

### **CONSENSUALIDADE EM PROCESSOS ESTRUTURAIS: A EXPERIÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....**

Introdução .....	447
1 Ações estruturais no Supremo Tribunal Federal .....	449
2 A importância do diálogo em processos estruturais .....	456
3 Consensualidade em processos estruturais no STF.....	460
4 ADPF 635: apontamentos práticos .....	463
Considerações finais.....	464
Referências bibliográficas .....	465

## **CAPÍTULO 21**

**Ricardo Villas Bôas Cueva**

### **NOTAS SOBRE O PROCESSO ESTRUTURAL E A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA .....**

.....	471
-------	-----

Introdução .....	471
1 Características do processo estrutural.....	472
2 Exemplos de processos estruturais no STF e no STJ .....	476
3 A litigância climática .....	478
Considerações finais.....	480
Bibliografia.....	481
POSFÁCIO .....	485